

POR UMA CONCEPÇÃO COMPLEXA DE SUJEITO NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

ALEX FERNANDES MAGALHÃES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

LUIZ ALEX SILVA SARAIVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

POR UMA CONCEPÇÃO COMPLEXA DE SUJEITO NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Resumo

Neste trabalho o objetivo é refletir sobre a complexidade das diversas noções de sujeito nas abordagens utilizadas nos Estudos Organizacionais e contribuir com um novo olhar possível acerca do humano nas questões coletivas. É desafio das ciências humanas e sociais demarcar de modo preciso seu objeto de estudo material, o que tem gerado desencontros teóricos quanto à forma de se tentar compreender a complexidade que lhe é inerente ao se articular as dimensões biológicas, sociais e psicológicas sem que se incorra em reducionismos. As organizações emergem das inter-relações entre sujeitos, ampliando-se, estruturando-se e institucionalizando-se, de modo que a articulação sujeito X organização é indissociável e as dicotomias devem ser evitadas em favor da construção do conhecimento nos Estudos Organizacionais e nas demais áreas afins. Partindo de uma perspectiva crítica de análise e com enfoque multifacetado e plural, com contribuições da Psicanálise, Psicologia Sócio-histórica e Pós-estruturalismo, este ensaio se volta a uma noção de sujeito que é contraditória e fluida, marcas de sua processualidade na contemporaneidade, e por suas expressões, base para o entendimento da complexa dinâmica sócio-organizacional e seus fenômenos.

Palavras-chave: sujeito; constituição subjetiva; complexidade.

O que se toma por *sujeito*, afinal?

A apresentação de uma noção precisa de homem (seja enquanto sujeito, indivíduo, ator social ou tantas outras possibilidades) é uma das principais tarefas de um pesquisador no âmbito das Ciências Humanas na confecção de seu trabalho, pois possibilita à comunidade acadêmica condições de dialogicidade quando da leitura e crítica do processo investigativo. Buscamos aqui trazer à pauta a concepção que nos serve de base, mesmo porque, em se tratando de pesquisas cujo objeto e também a problematização possuem natureza complexa, corre-se o risco dos reducionismos e simplificações quanto ao entendimento da constituição do ser e dos espaços organizacionais, que pouco atendem aos interesses prático e emancipatório que caracterizam os Estudos Organizacionais Críticos.

No caso deste trabalho, esclarece-se que a noção de homem se associa à noção de *sujeito* e não a outras denotações que lhe possam parecer sinonímicas. Entende-se que a ideia de *indivíduo*, bastante valorizada pelo contexto burguês moderno, encerra em si uma unicidade, uma originalidade ou particularidade do ser que não é coerente com o que se busca esclarecer em seu processo de constituição com, pelo e para o Outro. O indivíduo, em sua onipotência, não nos serve de base para pensar a complexidade de uma constituição que se inscreve em multidirecionalidades e polifonias presentes em tempo e espaço, na história e na cultura. A noção de *ator social*, embora se considere sua relevância ao estabelecer a dimensão da geratividade e do domínio das práticas pela consciência nas relações sociais – como se pode depreender das colocações do Interacionismo Simbólico, por exemplo, entre outras correntes – parece desprezar, em parte, importantes dimensões constitutivas do ser que não estejam no campo de percepção e racionalidade, centrando o homem numa perspectiva

cartesiana, a partir de seu pensamento, retirando-lhe, portanto, o caráter complexo a que se visa nesta reflexão.

Neste trabalho, é adequado considerar o ser humano enquanto *sujeito*, pois se entende que ele atua num plano de práticas e experiências (tal como no universo da consciência, do domínio de si e, tal como na sintaxe gramatical, é o agente da enunciação, se considerada a dimensão linguística), mas que, contraditória e concomitantemente, se constitui enquanto *ser* na medida em que se submete ao referencial histórico-cultural que o antecede para a construção de uma visão de si e de mundo, além das instâncias que lhe são próprias e também às quais possa se assujeitar (como no domínio das pulsões e das possibilidades de *vir-a-ser* nas relações). Nessa concepção se expressa uma dimensão dialética do ser do humano, buscando-se evitar os reducionismos e simplificações que tão marcadamente se associaram à ideia de sujeito nas várias disciplinas de humanidades, motivo por que um esclarecimento seja crucial para que se evitem os não-entendimentos e/ou as percepções truncadas pela polifonia que o termo assumiu historicamente.

Devido a esta concepção de ser humano enquanto sujeito social, a ele se atribui fundamental relevância e centralidade nas discussões acerca das práticas e processos nas organizações sociais, tomadas como expressão das ações dos sujeitos e que, concomitantemente, se revertem também enquanto *lócus* da constituição subjetiva e da configuração do próprio ser, não sendo tomadas, então, como algo maior, externo, estranho e puramente coercitivo aos sujeitos. Compreendera complexidade que é própria das práticas organizacionais e dos fenômenos que no âmbito das organizações se expressam, portanto, depende também de como se pode, no nível do sujeito e sua constituição subjetiva, apreender significações que desfaçam as limitações trazidas pelas dicotomias e cisões entre as esferas do indivíduo e seu contexto social. Toma-se, assim, como ponto de partida uma reflexão das possibilidades de se ampliar a complexidade que é própria do sujeito social.

Nesse sentido, o pensamento complexo aspira ao conhecimento multidimensional. Mas ele sabe desde o começo que o conhecimento completo é impossível: um dos axiomas da complexidade é a impossibilidade, mesmo em teoria, de uma onisciência. Ele faz suas as palavras de Adorno: “A totalidade é a não verdade”. Ele implica o reconhecimento de um princípio de incompletude e de incerteza. Mas também traz em seu princípio o reconhecimento de laços entre as entidades que nosso pensamento deve necessariamente distinguir, mas não isolar umas das outras (MORIN, 2011, p. 07).

O que se apresentará nos parágrafos que se seguem é uma reflexão sobre a temática do sujeito junto a algumas considerações colocadas no âmbito das Ciências Humanas e Sociais por importantes autores contemporâneos que buscaram dimensionar o sujeito e a constituição subjetiva para além da perspectiva cartesiana, tendo em Kant, Karl Marx, Nietzsche, Hume, Husserl, Saussure, Freud e demais pensadores modernos, referências significativas para se voltarem a análises mais ousadas, complexas e polêmicas quanto ao ser do homem e sua subjetividade. Esclarece-se, pois, que a ideia de sujeito desessencializado e descentrado é que se torna ponto de análise neste trabalho, evitando-se os apriorismos e a transcendência, atrelando-o – enquanto processo de constituir-se – à dimensão social e histórica, assim como à dimensão linguística e, também, pulsional.

Descentrar o sujeito implica justamente negar uma essência transcendental ou metafísica que o defina; é retirá-lo de sua posição central e privilegiada na gênese de uma história linear e teleológica; é negar a existência de uma origem reconciliadora e de um final redentor; é suspeitar das filosofias antropologizantes, que evocam a unidade e a universalidade da figura epistemológica do homem no pensamento

moderno; é, enfim, caminhar para uma *ontologia historicizada* (PEREIRA, 2014, p. 55).

Mas, ao tentar descentrar e desessencializar o sujeito, negando e fugindo de moldes e modelos explicativos, contraditoriamente não há o risco de propor um modelo de sujeito? Entende-se que sim, mesmo porque uma abordagem crítica acaba por adentrar a dimensão da instrumentalidade e do tecnicismo contra a qual ela mesma se volta quando do esforço de servir à sua proposta emancipatória e elucidativa. Noutras palavras: a crítica pela crítica não se justifica, carece que se proponha a trazer contribuições que possam ser aplicadas a mudança e transformação, o que passa por algum tipo de instrumentalidade. Desse modo, não se quer com a premissa de descentramento e desessencialização impedir a possibilidade de se construir qualquer forma de conhecimento sobre o ser do homem; não se pretende, portanto, cair num relativismo absoluto em que nada possa ser proposto e partilhado acerca do sujeito. O que se quer marcar são as noções de processualidade, de historicidade, de complexidade, de possibilidade e, por que não, de efemeridade em relação a ideias universalizadas e fixas de sujeito, mesmo que essas ideias também se universalizem ou se torne referências maiores em algum momento na história. Acredita-se que as noções centralizadoras e essencializadoras do ser humano impossibilitam avanços na construção de saberes sobre fenômenos complexos, exigência da contemporaneidade, razão pela qual neste trabalho se enseja por apresentar uma concepção para além do já proposto.

O sujeito em seu processo constitutivo

No longo do desenvolvimento das Ciências Humanas, as diversas disciplinas buscaram delimitar a noção de sujeito no intuito de ser estabelecer um conhecimento coeso e preciso, normalizado segundo os paradigmas vigentes em cada contexto, especificando, assim, aspectos diferentes do ser humano em suas várias manifestações. Chama a atenção desse esforço em especial da Psicologia, ao tomar como objeto de estudo o homem, seus processos mentais, seu comportamento e todas as manifestações que lhe são características, em estabelecer um conhecimento que fosse válido e legítimo quanto ao humano sem que incorresse em colocações atabalhoadas e pouco relevantes à história, apesar das simplificações e reducionismos que se presentificaram.

Desde sua institucionalidade com Wilhelm Wundt (1832-1920) em Leipzig, Alemanha, no ano de 1879, evidenciou-se a problematização levantada pelo pesquisador quanto à maneira como a ciência psicológica poderia se desenvolver, dada a complexidade do(s) objeto(s) a que se destinava. Etimologicamente, o termo *psyché* refere-se a alma, foco por demais abstrato e inapreensível para o qual se pudesse voltar um campo científico então moldado pelo positivismo e pela lógica cartesiana. Era necessário, pois, estabelecer concretude à alma, ao que é próprio do humano, especialmente no sentido de ser possível adaptar o objeto (sujeito) de estudo aos métodos experimentais e utilitaristas que marcam o final do Século XIX.

Ciente da complexidade a que se destinava a ciência psicológica, Wundt propõe o estabelecimento de uma Psicologia enquanto ciência natural (do alemão, *Naturwissenschaft*), voltada aos processos da mente, construída com métodos experimentais e com modelos explicativos que se baseavam numa perspectiva naturalista e biologicista, enfatizando o indivíduo, e uma Psicologia enquanto ciência social e humana (*Geisteswissenschaft*, ou ciência do espírito, na tradução direta do alemão) voltada aos fenômenos coletivos, tais como representações sociais, valores e cultura, entre outros, já que não seria possível compreendê-los isoladamente e sem uma metodologia própria, dadas as limitações do modelo experimental

(FARR, 1998). Instaura-se aí uma cisão em relação ao ser do homem, que passa a ser considerado ora em seu aspecto objetivo, natural, ora em seu aspecto subjetivo e social.

No decorrer do Século XX, as escolas psicológicas se formaram e se desenvolveram, então, segundo esses dois pilares, muitas vezes sem que se estabelecesse o diálogo entre as perspectivas que se voltavam aos aspectos palpáveis, visíveis e explícitos do homem e as centradas nos seus aspectos latentes, não-visíveis e obscuros. A consequência desse embate foi o surgimento de múltiplas concepções de sujeito e subjetividade, dividindo o homem, enquanto objeto de estudo, para que pudesse se adaptar aos métodos eleitos como instrumentos infalíveis na construção de “verdades” científicas, com a perda da complexidade que caracteriza o sujeito em sua totalidade.

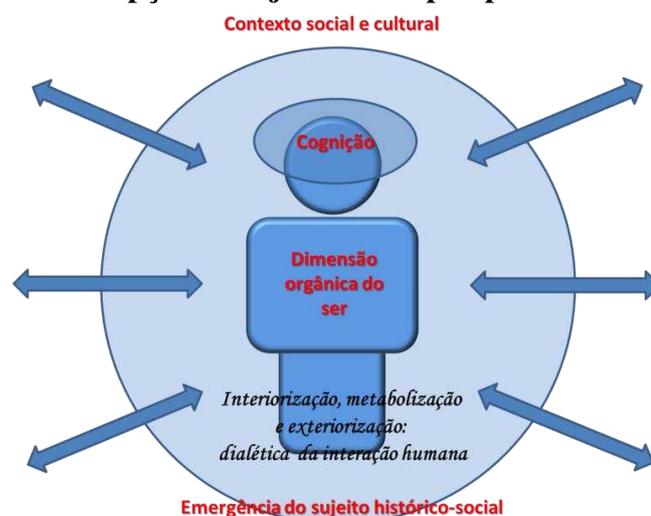
Quando às problematizações acerca do sujeito se voltavam ao social – como no caso do estabelecimento de padrões compartilhados de conduta, criação de valores morais, aspectos linguísticos, formas de violência, entre outros – estabelecia-se uma dicotomia que acabava por reduzir não só o ser do homem como os próprios aspectos psicossociais tomados como objeto de estudo científico. A causalidade dos fenômenos sociais estaria localizada no sujeito? Ou estaria localizada no contexto social, entendido como fatos e institucionalidades que antecedem ao homem e, por isso, lhe servem de molde e referência? Na tentativa de superação dessa dicotomia, algumas correntes teóricas buscaram apreender várias facetas constitutivas do sujeito, tomando-o em seus aspectos contraditórios, porém fundamentais.

González Rey (2005, p. 73) esclarece que “as condições epistemológicas para o desenvolvimento do tema da subjetividade na psicologia aparecem com a ruptura que significou a apropriação da dialética pelos psicólogos”, o que fora gerado por conta da Revolução Russa, contexto histórico em que se encontravam os trabalhos de Rubinstein e Vygotsky, com marcada influência de princípios marxianos.

A superação dessas dicotomias e o trânsito para uma visão de homem permitiram superar a ideia de uma natureza humana inerente ao indivíduo, e constituíram um momento muito importante para a mudança de visão de homem que, de forma geral, apoiava o curso de toda a psicologia anterior. Essa transformação facilitava uma representação da psique como processo subjetivo, instância em que o social e o biológico não desapareciam, mas entravam em momentos de um novo sistema qualitativo. Para o êxito dessas mudanças na representação do homem e de sua psique, a dialética teve um papel decisivo (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 77).

A perspectiva sócio-histórica proposta por L. S. Vygotsky (1896-1934) instaura, a partir da influência do método dialético de Karl Marx (1818-1883), uma discussão acerca de como o sujeito é, ao mesmo tempo, produto e produtor de seu contexto social, já que, apesar de suas competências e atributos oriundos da herança genética, é na relação com os demais sujeitos que se criam condições de ativação e manifestação de tais potencialidades a partir das trocas e da interação – com destaque, inclusive, à dimensão simbólica e à linguagem – que permeiam os espaços partilhados e coletivos. Partindo de uma perspectiva cognitivista, Vygotsky atribui ao social relevância fundamental para o próprio desenvolvimento humano, marcando a dimensão da produção da subjetividade como um acontecimento atrelado aos aspectos histórico e social. Nessa perspectiva, coexistem dialeticamente na ideia de sujeito a dimensão material concreta do homem, percebida por seu corpo, suas marcas e influências filogenéticas – e sua dimensão abstrata simbólica – atribuída a suas formas de pensamento, valorizações, afetos, referências culturais e ideacionais, sem que se exclua a subjetividade a objetividade que também lhe são constituintes. O sujeito é, aqui, processo, não algo estanque e invariável; mas aberto à variabilidade do tempo e espaço, ou seja, à história e à sociedade, encerrando-se numa unicidade que lhe dá forma e lhe possibilita ser no mundo, conforme a figura 1.

Figura 1: A concepção de sujeito numa perspectiva sócio-histórica



Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao se considerar o sujeito como processo, entende-se o ser humano para além de si mesmo, de sua delimitação corpórea, uma vez que se constitui na medida em que absorve e apreende o mundo que se lhe antecede historicamente e, concomitantemente, o processa, o decodifica segundo suas potencialidades e conforme os recursos de que dispõe no espaço social. Este sujeito emerge de modo manifesto a partir de suas ações e comportamento, atuando e transformando o meio do qual retira os elementos referenciais constitutivos, num processo dialético que caracteriza seu ser em um tempo e espaço, enquanto unicidade e singularidade (por conta de cada processo ser único e inequívoco) e também enquanto coletividade e gênero humano (pelo fato de se constituir com, por meio de e para o outro, o social).

González Rey (2005), partindo da perspectiva sócio-histórica de Vygotsky, aponta a necessidade de articulação dos termos indivíduo, história, sociedade e cultura como uma ampliação dos preceitos do autor, trazendo à Psicologia atual um caráter complexo. O autor defende uma proposta de análise da subjetividade em sentido histórico e cultural:

A teoria da subjetividade que assumo rompe com a representação que constringe a subjetividade ao intrapsíquico e se orienta para uma apresentação da subjetividade que em todo momento se manifesta na dialética entre o momento social e o individual, este último representado por sujeito implicado de forma constante no processo de suas práticas, de suas reflexões e de seus sentidos subjetivos. O sujeito representa um momento de contradição e confrontação não somente com o social, mas também com sua própria constituição subjetiva que representa um momento gerador de sentido de suas práticas (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 240).

O autor enfatiza que o sujeito é compreendido a partir de seu pensamento, para além de mera função cognitiva, mas também constituído como processo de sentido, com conteúdos emocionais e significações mediados por complexos desenhos intencionais e conscientes, nos quais também não se esgota seu caráter subjetivo. Critica algumas perspectivas de análise que acabam por reduzir o sujeito às relações sociais, sem que se considere sua dimensão gerativa e transformativa no processo de autoconstituição, chamando a atenção para os perigos de se tomar sem reflexão crítica tais proposições, dada sua relevância na produção acadêmica. Como resultado de uma vasta revisão de autores e escolas psicológicas que se voltaram ao estudo da subjetividade, González Rey (2005) busca considerar alguns importantes conceitos quanto à dimensão subjetiva, como é o caso da ideia de inconsciente da

Psicanálise, mas busca lhe atribuir nova conotação. Para o autor, consciência e inconsciência são dois momentos não antagônicos da experiência subjetiva, pois se constituem dentro de uma nova unidade (um terceiro elemento que os une, que são os sentidos subjetivos).

Reconhecer um sujeito ativo é reconhecer sua capacidade de construção consciente como momento de seus processos atuais de subjetivação, o que não significa que estes se ajustem a um exercício da razão; entre outras coisas, porque, a partir de nossa compreensão da subjetividade humana, as construções da consciência são produções de sentido, não construções racionais. O exercício da consciência pelo sujeito é, em si mesmo, um processo de subjetivação. A consciência, portanto, designa a ação do sujeito dentro de um espaço representado, suscetível à sua intencionalidade e reflexão, o que não quer dizer que o sentido desses espaços seja definido a partir de sua representação ou intenção (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 226).

Entende-se que a perspectiva sócio-histórica e o enfoque histórico cultural trazem à noção de sujeito a complexidade perdida com os reducionismos e dicotomias de outras vertentes psicológicas, motivo pelo qual são tomados como referências neste trabalho. Por conseguinte, acredita-se que o diálogo com outras perspectivas possa criar pontos de complexificação e possíveis intersecções com as noções já abarcadas nos estudos de Vygotsky e González Rey, trazendo ao sujeito a totalidade considerada nos Estudos Organizacionais Críticos.

A Psicanálise e o sujeito

A Psicanálise traz, também, importantes contribuições à noção de sujeito e subjetividade, ampliando-lhe para além da própria consciência e racionalidade, motivo pelo qual não poderia deixar de ser abordada neste trabalho e de ser relacionada à perspectiva dialética e sócio-histórica a fim de se buscar a complexidade do sujeito. Todavia, reconhece-se que é uma abordagem criticada pelos autores apresentados, em especial González Rey, por enfatizar certo determinismo ao ser humano, seja a partir das pulsões e seu caráter naturalista, como se depreende da obra freudiana, seja pela ênfase à linguagem enquanto estruturante do sujeito, como se depreende da obra lacaniana. Entende-se, entretanto, que as proposições dos autores são contextualizadas em seu tempo. A Psicanálise, assim como demais escolas psicológicas, evoluiu e seus adeptos procuram constantemente rever conceitos e aplicações, de maneira a evitar a sacralização da teoria, erro epistemológico grave.

Novamente em relação à subjetividade, acredita-se, apesar da controvérsia aqui levantada, que a constatação psicanalítica de uma dimensão do sujeito que escape à racionalidade e a relevância dessa disciplina nas ciências em geral sejam de fato pertinentes, posto que em tantas pesquisas e colocações acadêmicas puderam auxiliar na compreensão da complexidade dos fenômenos psicológicos e sociais. Ao estabelecer na primeira tópica da constituição do aparelho psíquico a existência da tríade *consciente-subconsciente-inconsciente*, Freud atribui ao homem uma instância até então silenciada pela centralidade da razão enquanto valor burguês na modernidade, motivo por que tanto alvoroço causou, e ainda causa nos debates acadêmicos, dada as dimensões política e ideológica presentes também nas práticas de pesquisa.

Para a Psicanálise, a noção de sujeito se ergue a partir do aparelho psíquico e do campo pulsional, dimensões indissociáveis. O sujeito é tomado, então, como *sujeito do inconsciente*, instância psíquica que antecede a própria consciência, chegando a direcioná-la, a partir do material que nela se inscreve por meio do recalque do objeto-causa de desejo (no caso da neurose). Numa perspectiva psicanalítica freudiana, o homem é um ser caracterizado

por uma falta estruturante, pois não é pleno, completo em nenhum momento de sua existência. Dessa falta decorre o desejo, que mobiliza e direciona o humano ao Outro, ao social, como forma de encontrar meios de tamponar a falta, uma vez que, nesse processo, como o objeto de desejo é perdido e não mais encontrado por conta de estar atrelado a uma satisfação original e ilusória, se faz a representação objetual na ordem do simbólico (social), de maneira que o desejo possa se realizar, porém nunca se satisfazer completamente. Assim se desenvolve sua constituição subjetiva a partir da operacionalização do desejo inconsciente, desprendido do *eu* (consciência), por meio da ação da pulsão e seus endereçamentos: a conservação, o deslocamento e a angústia (TOREZAN; AGUIAR, 2011).

Embora não haja uma uniformidade nas proposições dos diversos autores que compõem as escolas psicanalíticas, alguns pontos de convergência devem ser destacados. Para Lacan (1996), por exemplo, pensar o sujeito implica pensar também a base inconsciente que mobiliza o homem, com ressalvas quanto ao caráter por vezes naturalista que as proposições freudianas traziam, ao localizar a sexualidade e as pulsões no campo da corporeidade e da fisiologia humana. Lacan atribui à linguagem maior centralidade – apesar da ênfase também dada por Freud, especialmente quanto ao acesso possível ao conteúdo inconsciente – mas chega a afirmar que o próprio inconsciente se estrutura enquanto linguagem. Na perspectiva lacaniana, o desejo surge da falta originada da produção imaginária narcísica de onipotência do ser, ainda na infância, de modo que os processos identificatórios a essa produção se fazem impossíveis de ser experienciados. É assim que essa falta se torna o princípio organizador das relações que o sujeito estabelece com o contexto social (PAES; BORGES, 2016). Em decorrência desse endereçamento, o desejo se faz, então, como *desejo do Outro*, e cabe aqui a compreensão da ambiguidade que se encerra nessa proposição: desejo do *Outro enquanto objeto de desejo do Eu*, como forma de satisfação (mesmo que circunstancial) da falta, e desejo do *Outro como prescritor ao Eu*, por meio da internalização do que o outro coloca enquanto seu desejo para que o Eu possa respondê-lo, fazendo-se amável, reconhecido e existente (no social).

Temos aqui uma perspectiva precisa de que a Psicanálise, seja freudiana ou lacaniana, embora se volte à análise dos processos inconscientes, considera como fundamental a inscrição do sujeito em processos de socialização, evitando, ao contrário do que pensam muitos críticos à área, a dicotomia entre a dimensão subjetiva e a coletividade, já que o sujeito se faz na relação com o Outro por intermédio da linguagem, constituindo, assim, sua subjetividade.

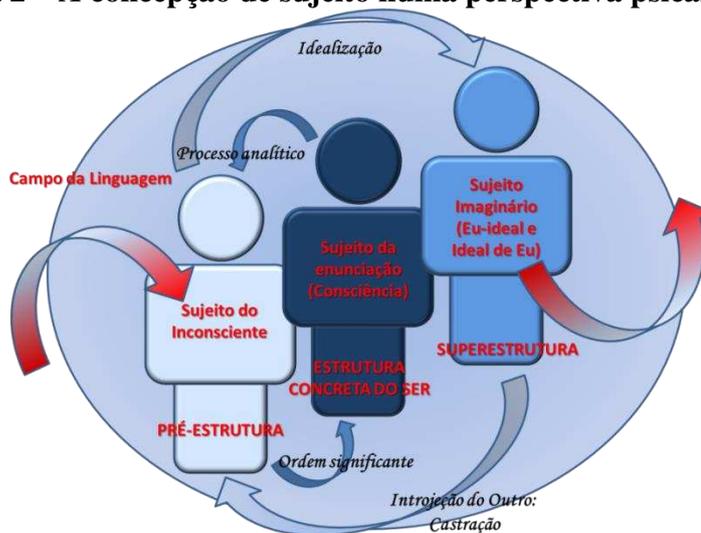
Para a psicanálise, portanto, o sujeito só pode se constituir em um ser que, pertencente à espécie humana, tem a vicissitude obrigatória e não eventual de entrar em uma ordem social a partir da família ou de seus substitutos sociais e jurídicos (instituições sociais destinadas ao acolhimento de crianças sem família, orfanatos etc.). Sem isso ele não só não se tornará humano (a espécie humana, em termos filogenéticos, não basta para fazer de um ser nela produzido um ser humano, argumento que dá sentido à palavra *humanização*) como tampouco se manterá vivo: sem a ordem familiar e social, o ser da espécie humana morrerá (ELIA, 2010, p. 39).

Vale mencionar que o desejo e a culpa (decorrente da interdição ao desejo por um pressuposto moral) são, então, elementos fundantes do ser e que se operacionalizam quando da imersão do sujeito num universo simbólico estruturado pela linguagem e no contexto social, não de forma apriorística. Pensar a constituição do sujeito do inconsciente requer ainda que se considere que este processo relacione as dimensões material e simbólica, já que, como uma linguagem, encadeia significantes (bases e fundamentos do signo linguístico) e significados (preenchimentos e corpus do signo) que se evidenciam na ordem discursiva em que emerge o sujeito da enunciação, o Eu da razão e da consciência, que pensa, se arma, cria

resistência ao Eu a que se atrela o desejo. Decorre dessa premissa a célebre frase de Lacan (1996, p. 521) que subverte a ótica cartesiana: “Penso onde não sou e sou onde não penso”. O trabalho do analista seria, então, trazer à tona o Eu silenciado pelo sujeito da enunciação, motivo pelo qual a associação livre se tornou, já nas propostas freudianas, o método por excelência da prática analítica.

A Psicanálise amplia a perspectiva do sujeito com a constatação de que coexistem a dimensão inconsciente e a consciência. Vale marcar, ainda, a relevância de uma dimensão imaginária, onde se grafam as imagens de um Eu a ser constituído, mas que desconhece (em um primeiro momento) o seu objeto de desejo (Outro). Na dimensão imaginária, o sujeito faz uma representação de si mesmo de duas formas: a primeira como um Eu-ideal, mobilizado pelo narcisismo primário, cuja sensação de onipotência o faz inseparado do Outro, sob a forma de uma autoimagem especular e pré-edípica, porém sem condições de uma autossatisfação, já que ela é inatingível; a segunda, como um Ideal de Eu, agora já com a introjeção dos desejos do Outro que direcionam o sujeito a se fazer amável como forma de corresponder às demandas que lhe são postas, tendo a falta como princípio organizador do sujeito. O esquema a seguir tenta sintetizar as ideias gerais do sujeito na Psicanálise, com as considerações que visem uma articulação da teoria psicanalítica com demais argumentos da complexidade do sujeito pretendida neste trabalho.

Figura 2 – A concepção de sujeito numa perspectiva psicanalítica



Fonte: Elaborada pelos autores.

A figura sugere que o sujeito *se constitui*, isto é, há aqui uma perspectiva dinâmica e processual, que se elicia quando do ingresso do seu ser no campo da linguagem. Estrutura-se o inconsciente, então, a partir do encadeamento de significantes que, por sua ordem, permitem a produção de sentidos que mobilizam o sujeito em sua dimensão consciente. O inconsciente estaria representado como uma pré-estrutura à consciência (correspondente à dimensão simbólica em Lacan), ao ser concreto e racional, tomado por sua dimensão estrutural, concreta, material e explícita. O sujeito da consciência, contudo, é o sujeito da enunciação, função que se coloca discursivamente, operacionalizado pela dimensão inconsciente e, também, pela dimensão imaginária, na qual se grafa o desejo que mobiliza a falta.

A partir das identificações com a imagem especular (Eu-ideal) que o sujeito faz de si, numa dimensão imaginária também não acessível conscientemente – que se toma aqui como uma superestrutura, numa alusão à perspectiva ideológica e alienante segundo a perspectiva marxiana – o sujeito experiencia a falta, que se converte, em um segundo momento, em um

elemento direcionador do sujeito ao Outro como forma de se responder à falta. Tem-se, então, a introjeção do desejo do Outro como forma de se fazer amável, também objeto de desejo para esse Outro (Ideal de Eu). Essa introjeção do outro opera no Eu a castração, a barreira à ilusão de onipotência advinda de um narcisismo primário, colocando o sujeito numa situação de incessante busca por possibilidades de satisfação de seu desejo quando de seu encontro com o mundo (Outro da linguagem).

O trabalho analítico abre a possibilidade, por fim, de se voltar à dimensão inconsciente como forma de se trazer à tona o não-dito e não-sabido pelo sujeito da enunciação (consciência), direcionando o sujeito ao autoconhecimento a estratégias de enfrentamento de sua causa de desejo. A cura, para a Psicanálise, não se inscreve, pois, numa ótica de eliminação do sintoma (qualquer que seja o desconforto por ele trazido), mas em uma estratégia de direcionar o sujeito ao seu fundamento: sua causa de desejo e as possíveis significações que daí decorrem. Caberá ao sujeito, uma vez elegível um entendimento sobre o conteúdo inconsciente, atuar em relação ao que lhe traz mal-estar, seja por meio da aceitação, da negação, da supressão, da racionalização, da sublimação ou demais estratégias de que possa se servir a fim de eliminar sua questão sintomal.

O prisma psicanalítico traz contribuições importantes para a ideia de complexidade que marca o processo de constituição subjetiva, sendo utilizado como referência em várias áreas e também por diversos autores. Destacam-se os teóricos da Escola de Frankfurt, que buscaram se referenciar na Psicanálise como forma de pensar mecanismos de superação da razão iluminista, de lógica instrumental e funcionalista, que mascarava relações de dominação, como se pode perceber na obra de Jürgen Habermas (1988) e sua Teoria da Ação Comunicativa (com foco na dinâmica de transferência e dialogicidade para a autorreflexão crítica, tal como se propõe no método da associação livre), entre outros autores.

O sujeito sob as óticas de Michel Foucault e Judith Butler

Os reflexos da teoria psicanalítica após Freud e Lacan suscitaram questionamentos também junto aos teóricos do chamado movimento pós-estruturalista, dentre eles Michel Foucault (1926-1984), Jacques Derrida (1930-2004), Gilles Deleuze (1925-1995) e Félix Guattari (1930-1992). O pós-estruturalismo é entendido como uma postura filosófica e epistemológica contrária ao estruturalismo, centrando-se na desconstrução e no aspecto subjetivo e plural dos fenômenos psicossociais, dada a influência da filosofia nietzschiana, motivo que, por seu caráter interdisciplinar, se torna ponto de grande relevância para a noção de complexidade atrelada ao sujeito e à constituição subjetiva que se quer abordar neste trabalho. Se a Psicanálise tem intenções ontológicas quanto às explicações acerca do humano, o pós-estruturalismo tem prerrogativas teleológicas. Acredita-se ser possível uma relação.

A obra de Foucault, por exemplo, tem como base a articulação entre poder, saber e ética e de que maneira esses elementos se tornam bases para a constituição do sujeito. Distinguem-se três períodos: Arqueologia, que compreende a década de 1960, na qual o autor se volta à investigação da constituição dos saberes nas práticas discursivas; Genealogia – que compreende a década de 1970 e se volta à análise do poder entremeadado no tecido social; e Ética, na década de 1980, com análises das relações de poder e saber na constituição do sujeito ético (MARTINEZ; HACK, 2010). Estes autores esclarecem que é necessário entender que o processo de constituição do sujeito em Foucault envolve três mecanismos, percebidos, inclusive, nas análises dos três períodos supracitados. O primeiro seria o de objetivação, no qual o sujeito é tomado como objeto do conhecimento na medida em que elementos como o trabalho, a linguagem e a própria vida cotidiana passam a ser analisados. Em outras palavras, aquilo que confere ao homem sua humanidade é também o que o faz se questionar enquanto ser. Nas obras “A história da loucura”, “As palavras e as coisas” e “O nascimento da clínica”

é possível perceber o sujeito historicamente construído como objeto de conhecimento (Objetivação).

O segundo mecanismo seria o de individuação, que opera mediante a adequação e normalização do ser nas práticas discursivas e disciplinares, de modo coercitivo e externo. Obras como “Vigiar e punir” e “A verdade e as formas jurídicas” são referências para pensar a constituição do sujeito a partir da individuação.

O discurso promove, portanto, a individuação através de distintos mecanismos e práticas, dentre as quais é relevante mencionar: as práticas de exclusão (tais práticas sugerem que o indivíduo se construa a fim de apropriar-se do discurso); as práticas ritualísticas (a utilização de rituais discursivos de verdade presentes em gestos e locais de verdade); a isenção de propriedade discursiva (o enunciado não é uma propriedade, sendo que, à medida que o indivíduo se adéqua a este, ele pode ser utilizado) e o direito (este possibilita a constituição de sujeitos segundo um determinado código prescritivo, o qual age fundamentalmente interditando e adequando). A disciplina, por sua vez, também se evidencia enquanto expressivo mecanismo de individuação, haja vista que o corpo, o tempo, o espaço e a atividade dos indivíduos são constantemente regulados e conduzidos por uma determinada finalidade, através de mecanismos coercitivos e externos (MARTINEZ; HACK, 2010, p. 396).

O terceiro e último processo seria a subjetivação, que ocorre quando da *dobra*, ou seja, quando o sujeito age sobre si mesmo, transformando-se e criando modos de existência, éticos e estéticos por meio de uma interiorização da exterioridade. A partir da ideia de dobra, que se faz como uma curvatura derivada da força emanada de um sujeito em relação ao mundo e que passa a atuar sobre o sujeito que a emana, tem-se o poder de si, constituindo-se o ser e sua subjetividade. É necessário, pois, marcar que Foucault abre a discussão da importância de não se atribuir uma essencialidade ao sujeito; prefere, pelo contrário, fragmentá-lo, descentralizar o sujeito em relação a si mesmo, uma vez que ele se constitui historicamente – nota-se aqui também uma perspectiva temporal e processual, como nas perspectivas apresentadas – mas que está submetido a um constante “jogo de verdades”.

Não é uma substância. É uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma. Você não tem consigo próprio o mesmo tipo de relações quando você se constitui como sujeito político que vai votar ou toma a palavra em uma assembleia, ou quando você busca realizar o seu desejo em uma relação sexual. Há, indubitavelmente, relações e interferências entre essas diferentes formas do sujeito; porém, não estamos na presença do mesmo tipo de sujeito. Em cada caso, se exercem, se estabelecem consigo mesmo formas de relação diferentes. E o que me interessa é, precisamente, a constituição histórica dessas diferentes formas do sujeito, em relação aos jogos de verdade (FOUCAULT, 2004, p. 275).

O sujeito assume, assim, diferentes *formas*, que variam segundo tais jogos de verdade, por meio das práticas e técnicas de si mesmo em meio às relações de poder, o que impossibilita a ideia de sujeito uma forma única e idêntica em si mesma.

O sujeito foucaultiano é inacabado por excelência, nesse caso, inacabado não apenas no sentido de algo que ainda não foi terminado ou concluído. Aqui seu significado ganha a história: sujeito construído, produto histórico, somatório de processos de subjetivação. Não é um sujeito interrompido, pois não há uma essência primordial que foi usurpada, é um sujeito presente e pleno de devir. Sujeitos no plural, múltiplos, e não um sujeito-substância e invariável, como produto histórico no lugar de uma concepção essencialista de sujeito. Temos a ausência de um sujeito prometido, o sujeito transcendental e universal – essa é a recusa foucaultiana (SAMPAIO, 2011, p. 226).

A ideia de práticas de si se volta a um constante exercício relacionado ao si mesmo segundo a racionalidade ou regularidade (discursiva e não-discursiva) que organiza a vida humana em torno da ética, do saber e do poder. Nesse jogo, evidencia-se a liberdade do sujeito, que se configura à medida que estabelece as verdades a seu ser (nos processos de objetivação, individuação e subjetivação). De acordo com Foucault (1995), seria importante entender as questões e elementos que compõem essa história da verdade do sujeito, isto é, entender as diferentes formas pelas quais o sujeito se configura nessas relações (de poderes e saberes), como os seres humanos se tornam sujeitos. Um importante ponto a se destacar é que, para o autor, a liberdade é condição de existência do poder, não havendo, assim, uma oposição entre poder e liberdade, mas uma relação de incitação recíproca de forças. Em outras palavras: a vida em sociedade implica viver em meio a relações de poder, que só se exercem sobre sujeitos livres, já que a liberdade é condição para o exercício político.

A dimensão da ética se destaca, já que em meio aos jogos de verdade, marcados pelas relações de poder, pode-se tomar o saber como instrumento de dominação, marcando um desvio da ética do sujeito. Tem-se aqui uma diferenciação entre o que seriam as relações de poder e os estados de dominação, uma vez que ao primeiro termo se atribui a concepção de práticas em jogos (ou estratégias) entre sujeitos livres, ao passo que ao segundo se acopla o entendimento de que o sujeito está restrito por poderes políticos que não dariam margem a uma inversão da situação. A quebra dos estados de dominação, entretanto, é possível graças ao exercício da resistência junto ao poder das instituições quanto ao estabelecimento de verdades (saberes) sobre o sujeito, que podem ser revistos pelas possibilidades de novas racionalidades, dado o “cuidado de si”. Foucault enfatiza a dimensão da consciência do sujeito ao mencionar o cuidado e as práticas de si como estratégias de se fazer ativo e transformador em meio aos “jogos de verdade”. Ao endereçar-se a si mesmo e também ao contexto sociocultural em que se inscreve, o sujeito assume formas (sujeito como *devir*), elaborando modos de ser diante dos valores que são já instituídos, abrindo-se ao *instituinte* e gerando novos jogos de verdade, revertendo os assujeitamentos (como se o sujeito fosse mero produto do meio) e criando novas subjetividades.

Figura 3 – A concepção de sujeito numa perspectiva foucaultiana



Fonte: Elaborada pelos autores.

A ilustração tenta esclarecer que, para Foucault, o sujeito se constitui, assumindo formas possíveis e variáveis, pois não é substancialidade concreta, em meio a “jogos de

verdade” que envolvem os processos de objetivação (quando se torna objeto de conhecimento, por meio da reflexividade e da construção de saberes de si e do mundo), de individuação (quando está submetido à disciplina e à coerção de práticas discursivas a que se adapta para se legitimar enquanto ser no tecido social) e de subjetivação (quando exercita a “prática de si”, uma vez que, ao emanar força à externalidade, volta-se a si mesmo, numa perspectiva ontológica ética e estética). Nessa visão, o sujeito é devir, e o processo de constituição subjetiva depende de como o sujeito se posiciona em meio às relações possíveis junto aos dispositivos de poder. Sua materialização depende de como se articulam os saberes, poderes e a ética que o direciona na trama social.

A perspectiva foucaultiana influencia vários pesquisadores na atualidade, como Judith Butler (2008) e demais teóricos da perspectiva *queer*, que buscam desconstruir a ideia de um sujeito uno e indivisível em favor de uma noção de sujeito não-natural, não-substancial e significável a partir de uma *performance* no contexto sociocultural. Qualquer proposta de identidade de *Eu* se faz a partir da concomitante afirmação e negação do outro, fragmentando o sujeito em possibilidades.

Butler (2017) traz contribuições significativas sobre como pensar uma teleologia do sujeito para além das discussões acerca de uma estrutura identitária e autorreferenciada. Partindo das reflexões de Hegel, Nietzsche, Freud, Lacan e Foucault, a autora faz críticas bastante pertinentes sobre os apontamentos teóricos desses autores, articulando o inconsciente, o poder, o devir e as práticas discursivas que dão base à ideia de performatividade que defende como expressão do Eu, especialmente nas teorizações sobre a constituição e possibilidades de gênero na agenda de debates contemporâneos sobre as identidades sexuais, com foco em grupos não-binários. Butler (2017) nos esclarece que o sujeito é um vir-a-ser em suas relações marcadas por micropolíticas que trazem a sujeição como a base da formação do sujeito e, ao mesmo tempo, ameaça-o de dissolução.

A ideia de devir, de vir-a-ser nas práticas discursivas colocadas por Foucault como uma forma de desconstruir qualquer naturalismo ou essencialismo ao ser do homem, ganha nova expressividade, posto que, para Butler, só há uma forma de se pensar a substancialização do Eu também nas relações de poder: entendendo como o poder se instaura e, concomitantemente, possibilita a existência do Eu no psiquismo. Partindo de Freud e tomando obras como “O ego e o id”, “Totem e tabu” e “O mal-estar na civilização”, Butler (2017) considera que o poder é a condição do sujeito para que ele possa existir como um agente, como um ser de consciência, numa relação ambivalente e contraditória. Na relação entre o sujeito e o seu desejo – termo que para a Psicanálise implica uma causalidade à estrutura inconsciente – o desejo é tomado como um efeito, não uma causalidade, marcando a complexidade performática do Eu nas micropolíticas que o envolvem.

Tal qual em nossa colocação anterior de que o desejo é *desejo do outro* e aí apontamos uma ambiguidade, Butler parece dizer, ao polemizar sobre as identidades sexuais generificadas, que pela via da melancolia – termo que toma de empréstimo de Freud e descreve de modo bastante controverso na obra “Problemas de gênero”, acerca da homossexualidade – é somente no reconhecimento da sujeição ao Outro que nos falta (como efeito, mas poder-nos-ia ser, tal como na Psicanálise, como causa, dialeticamente) que se é possível vir-a-ser qualquer coisa, substantivar-se.

Da complexidade do sujeito e das possibilidades junto aos Estudos Organizacionais

Em relação às perspectivas aqui apresentadas, alguns pontos de convergência podem ser elencados a fim de se pensar uma complexidade própria ao sujeito, pretendida como uma forma de se construir novas possibilidades explicativas a fenômenos complexos. Essa perspectiva obriga a sair da zona de conforto, a incorrer *contra* uma coerência teórica e

argumentativa tão largamente defendida no âmbito das pesquisas acadêmicas, mas direciona ao forçoso diálogo (especialmente para os mais conservadores) com teorizações que possam parecer por demais diferentes, senão avessas. Acredita-se, entretanto, que a manutenção de uma perspectiva linear de análise pode, por vezes, limitar as produções científicas e as possibilidades de se inovar frente às demarcações de áreas, campos e até paradigmas científicos. Defendemos, tal como propõe Paula (2012), que é na intencionalidade ou interesse de uma dada produção científica que se faz possível a partilha de perspectivas conceituais e metodológicas em busca de novos saberes formativos e transformativos na sociedade atual. Entre os pontos de convergência entre as perspectivas aqui apresentadas, especificam-se:

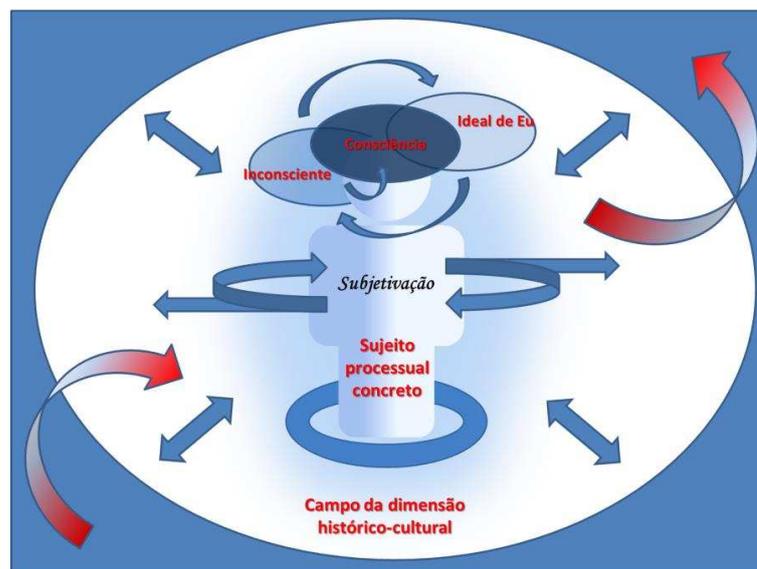
- as perspectivas de análise do sujeito e da subjetividade enfatizam que o ser humano se constitui de forma processual e dinâmica, e não de maneira fixa e imutável;
- a emergência do *eu* se dá de modo descentralizado e desessencializado, sempre em relação a um *outro* que lhe é constitutivo; o eu, portanto, é a expressão efêmera do ser em meio às possibilidades de significação (conscientes e inconscientes) nas relações sociais;
- há uma notória relevância de elementos sociais, históricos e culturais no processo de constituição subjetiva, de modo que pensar o ser humano a partir de uma essencialidade independente do contexto em que se insere soa de forma absurda e por demais simplista;
- coexistem no processo de constituição subjetiva elementos antagônicos (tais como interioridade e exterioridade, consciência e inconsciente, materialidade e imaterialidade, singularidade e coletividade etc.), de maneira que esse processo se apresenta como síntese, já que encerra tese e antítese como constitutivos;
- a mudança é uma premissa sempre possível, a depender de como o sujeito se posiciona frente aos elementos diversos a que se submete no decurso de sua constituição subjetiva nas relações sociais; e
- o sujeito é, ao mesmo tempo, assujeitado ao contexto e atuante em relação ao seu processo de constituição subjetiva e de transformação social, sendo produto e produtor de si e de sua história.

Pontos de desacordo também são percebidos entre os autores aqui apresentados, cujas fundamentações são específicas, dados os focos a que se voltam quando do desenvolvimento de seus respectivos trabalhos e as epistemologias que tomam como base. Não se quer aqui afirmar que Vygotsky, Freud, Lacan, Foucault e Butler, por exemplo, tinham uma concepção semelhante de sujeito, pois isso seria ridículo. O que se quer aqui é apreender elementos de suas obras que possam ser possivelmente aglutinados, pontos que não sejam excludentes em si, mas possivelmente dialogáveis, orientando-nos a uma nova noção de sujeito e subjetividade, marcada por sua complexidade e irreducibilidade aos binarismos e linearidades que possam se presentificar nas pesquisas científicas de natureza experimental, cartesiana e funcionalista, seja em Estudos Organizacionais, seja em áreas afins. Da convergência de tais elementos supracitados, emerge, então, uma possível concepção da complexidade do sujeito, ilustrada na figura 4.

Nesta figura, há uma conjunção de elementos advindos das perspectivas teóricas anteriormente apresentadas como forma de expor a noção de complexidade do sujeito que neste trabalho serve de referencial e que se denomina sujeito processual concreto. Nessa perspectiva, o sujeito se constitui (mas sem que haja fixidez, orientando-se sempre às possibilidades de sua existência) de maneira concreta (posto que é corpo e matéria, com elementos visíveis a serem significados e categorizados) em tempo (história) e espaço (contexto social) quando adentra a dimensão simbólica da linguagem e da cultura, passando a atribuir sentido ao mundo e a si na medida em que, com, pelo e para o Outro (antítese constituinte de seu ser), cria contrapontos para sua reflexividade e agenciamento. O universo

sociocultural que lhe circunda não é estanque, mas também mutável, fluido, marcado por constantes forças mobilizatórias voltadas ao sujeito (dispositivos), que busca se posicionar em meio a elas segundo as possibilidades de que dispõe, especialmente no âmbito de sua consciência, seu ponto manifesto de referência de si e de mundo.

Figura 4 – A concepção de sujeito defendida neste trabalho: sujeito processual concreto



Fonte: Elaborada pelos autores.

A consciência (um dos pontos de referência de si), por sua vez, não é plena, já que também se submete a uma dimensão inconsciente e outra imaginária, pela ordem significativa que se abre pela ação do conteúdo latente que se inscreve no inconsciente e pela ilusão ou distorção da realidade concreta quando se volta à ação de ideais em busca de satisfação de seu desejo, sua falta estruturante. A criação dessa ilusão própria da dimensão imaginária se agrava quando, em meio a práticas discursivas (e não-discursivas), há dispositivos de mascaramento da concretude, que criam estados de dominação que, por sua vez, justificam a prevalência de valores, normas e juízos que excluem ou geram desigualdades e iniquidade entre sujeitos sociais (entre o Eu e o Outro). Ao sujeito, cabe-lhe, a partir do autoconhecimento e autoenfrentamento, ao olhar para si, criar estratégias de resistência ou mecanismos de defesa contra a opressão instituída, dados seu caráter gerativo e seu potencial transformador.

O sujeito é, assim, um universo de *possibilidades* (devir), e sua compreensão requer uma análise minuciosa de seu *estar sendo* (transitoriedade/performatividade) no mundo, ou seja, da constante efemeridade de seu *ser* (concretude) em relação à exterioridade que o circunda e que, dialética e dialogicamente, lhe forma, lhe é constitutiva. Essa concepção de sujeito e de constituição subjetiva mistura perspectivas que não são usualmente articuladas nas pesquisas em ciências sociais, mas que não se fazem impossíveis devido ao caráter prático e emancipatório desta proposta.

Em uma perspectiva dialética que não se encerra em si mesma, uma vez que não se enfatiza o ser do homem enquanto uma síntese em absoluto, enquanto antíteses constitutivas complementares, mas eliciadoras e contribuintes para a fluidez e dinamicidade do estar sendo no mundo, busca-se, pois, na discussão aqui proposta, trazer um entendimento ampliado às práticas organizacionais, no intuito de se manter a centralidade do homem nos processos psicossociais sem que se exclua a relevância do social e da história nas formas como o ser do

homem se edifica e, por sua vez, também constitui o tecido social em que se insere – o que é fundamental ao se considerar as organizações e sua dinâmica.

Acredita-se que a concepção aqui defendida possa contribuir com avanços em pesquisas e intervenções nos Estudos Organizacionais, especialmente em se tratando de fenômenos complexos e que se expressam na dinâmica sócio-organizacional e que não mais devem ser reduzidas e simplificadas em função das limitações dos pesquisadores e seus referenciais. Esforçar-se para uma ampliação da noção de sujeito parece-nos fundamental para que a produção de saberes na área possa gerar proveitosos resultados aos interesses emancipatórios nos quais se acredita.

Referências

BUTLER, J. **A vida psíquica do poder**. Teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

ELIA, L. **O conceito de sujeito**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.

FARR, R. M. **As raízes da psicologia social moderna**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 240-251.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (Org.). **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1995. p. 231-249.

GONZÁLEZ REY, F. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1988. v. I e II.

LACAN, J. **O seminário. Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MARTINEZ, H. L.; HACK, R. F. Michel Foucault: o sujeito entre o poder e o saber. In: BATTISTI, C. A. (Org.). **Às voltas com a questão do sujeito: posições e perspectivas**. Ijuí: Unijuí; Cascavel: Edunioeste, 2010. p. 387 - 407.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

PAES, K. D.; BORGES, F. A. O sujeito lacaniano e a organização rizomática: deviresmáquinas-de-guerra. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 3, n. 7, p. 670-720, ago. 2016.

PAULA, A. P. P. **Repensando os estudos organizacionais: o círculo das matrizes epistemológicas e a bordagem freudo-frankfurtiana**. 2012. 233 f. Tese (Professor Titular) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

PEREIRA, R. D. **Sobre heróis, coronéis e operários** – notas acerca da disciplina do corpo e da ortopedia da alma em uma companhia têxtil de Minas Gerais. 2014. 325 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SAMPAIO, S. S. A liberdade como condição das relações de poder em Michel Foucault. **Revista katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 222-229, dez. 2011.

TOREZAN, Z. C. F.; AGUIAR, F. O sujeito da psicanálise: particularidades na contemporaneidade. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 11, n. 2, p. 525-554. jun. 2011.